

LUTA PELA TERRA: MEMÓRIAS E REFLEXÕES ANALISADAS À LUZ DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.

Eliane de Souza Rangel¹
Kaio Ryan da Silva Pacheco²
Dieison Prestes da Silveira³

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental Crítica (EAC) se apresenta como um caminho para discutir as problemáticas socioambientais que inter-relacionam homem e natureza, almejando romper com a alienação social e ideológica que impera na sociedade. Por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Ambiental Crítica discute-se as questões socioambientais, culturais, políticas, econômicas, científicas, tecnológicas e educacionais, de forma a buscar respostas aos problemas emergentes (Silveira, 2024).

Na atual conjuntura da sociedade, vê-se inúmeros problemas, como por exemplo, desigualdades sociais, falta de políticas públicas, exploração do trabalho e da mão de obra, evidenciando a pertinência de romper com a hegemonia vigente, visando qualidade de vida e bem-estar social a todos os grupos. Tozoni-Reis (2019, p. 3) afirma que ser crítico “nunca foi tão urgente e necessário como nesses tempos atuais obscuros – social e politicamente – em vários países do mundo”, especialmente pela tentativa de silenciamento de políticas públicas, degradação e racismo ambiental, injustiças socioambientais e desvalorização da pessoa humana pelo seu semelhante.

Loureiro (2004) comenta que a Educação Ambiental Crítica, no Brasil, surgiu em meados da década de 1990, visando romper com aspectos biologizantes e da Biologia da Conservação, que eram considerados ações de Educação Ambiental. Silveira e Lorenzetti (2021, p. 13) comentam que “[...] a EAC acaba culminando em transformações sociais, potencializando práticas e interações benéficas entre homem e natureza. Isso configura a formação de um sujeito crítico para a atuação na sociedade”.

Na contemporaneidade, vê-se de fundamental importância discutir a Educação Ambiental Crítica, sendo uma ação educativa capaz de romper com a cultura do silenciamento e da alienação (Silveira, 2024). Esta pesquisa centra-se nos debates envolvendo a Educação Ambiental Crítica como forma de resistência e engajamento sociopolítico, debatendo as desigualdades e a exclusão social, principalmente porque analisa o contexto dos povos assentados que, por intensos movimentos e lutas barganharam um espaço para (sobre)viver enfrentando, constantemente, a opressão

¹ Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar (FAI), Professora da rede municipal de Ensino de Capão do Cipó, endereço para correspondência (eliansouzarangel@gmail.com).

² Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), endereço para correspondência (kaioryan828@gmail.com).

³ Doutor com Pós-Doutorado em Educação em Ciências e em Matemática (UFPR), Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Líder do Grupo de Estudos e Debates em Educação Ambiental Crítica (GEDEAC/UFPB), endereço para correspondência (dieisonprestes@gmail.com).

exercida pelos latifundiários no município de Capão do Cipó, estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A luta pela terra, especialmente de povos assentados, se articula com os preceitos da Reforma Agrária e, indubitavelmente, com os pressupostos da Educação Ambiental Crítica, inquietando provocações acerca de políticas públicas condizentes com as realidades dos grupos, busca por segurança alimentar, manutenção dos saberes tradicionais e rompimento com o teor hegemônico, pautado no capitalismo e na monocultura. Frente a estas considerações, implica dizer que o presente estudo tem o objetivo de analisar a luta pela terra, à luz da Educação Ambiental Crítica, reafirmando os preceitos da participação social e libertação do teor hegemônico, fortalecendo as premissas de formação crítica e cidadã. Destarte, expõe-se que o presente estudo foi desenvolvido junto ao Grupo de Estudos e Debates em Educação Ambiental Crítica (GEDEAC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), reafirmando o compromisso social e formativo, especialmente no sentido de formar sujeitos críticos e reflexivos na contemporaneidade.

Em se tratando de percurso metodológico, destaca-se que a presente pesquisa é de natureza qualitativa. De acordo com Chizzotti (2003, p. 221), “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível [...]”. Ademais, a presente pesquisa é de caráter explicativa, tendo em vista que buscam “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (Gil, 2008, p. 28). Diante disso, implica dizer que ocorreu uma entrevista semiestruturada, no mês de junho do ano de 2025, com um morador do assentamento Santa Rita, localizado na cidade de Capão do Cipó, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, visando compreender a luta pela terra, a zona de opressão experienciada e a resistência e propagação de saberes.

Como forma de constituição dos dados, utilizou-se de uma entrevista semiestruturada, a qual foi gravada e transcrita. A análise dos dados se deu pela Análise Textual Discursiva, seguindo os estudos de Moraes e Galiuzzi (2006), enfatizando o processo de unitarização, ou seja, a desmontagem dos textos, a categorização, de caráter emergente e, por fim, a criação dos metatextos, como o novo emergente do estudo.

DESENVOLVIMENTO

A entrevista semiestruturada teve duração de uma hora e ocorreu de forma aberta, fluida e acolhedora, permitindo que a memória do Participante fluísse de maneira espontânea. O Participante compartilhou suas experiências com emoção, refletindo sentimentos de luta, resistência e esperança. As falas foram organizadas em três categorias emergentes, à luz da Educação Ambiental Crítica.

Trajetória de vida: memórias da chegada - Nesta categoria analítica consta a trajetória de vida e o desejo em possuir um local para residir e perpetuar os saberes. Durante a entrevista semiestruturada o Participante relatou as dificuldades iniciais no território, explicitada no relato, que segue: “Moro aqui numa parcela do assentamento, tudo que fizemos aqui é para nossa sobrevivência, mas antes, na chegada, não havia

estradas, posto de saúde, não havia escola, sem casa, sem luz, sem água. Sabíamos que tínhamos que ficar organizados, tínhamos a terra e agora era outra luta” (Participante). Esse trecho revela como a conquista da terra não encerra o processo de emancipação, mas inaugura novas lutas por condições dignas de vida.

Nesse sentido, a fala ressoa com a concepção de Freire (1970, p. 29), ao afirmar que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. A organização coletiva do grupo foi condição para a superação das adversidades.

Luta pelo território: perpetuação de saberes - A segunda categoria explora a dimensão simbólica do território como espaço de educação popular. O Participante compartilhou que “no acampamento, sem comida e sem recursos, a gente se organizou. Criamos uma escola improvisada chamada Barracão da Educação, onde as crianças cantavam, escreviam, faziam teatro e brincadeiras”. Em outra fala, afirmou: “O MST nasceu com essa ideia: não apenas conquistar a terra, fomos nos dando conta de que era muito maior do que a terra”.

As práticas educativas descritas revelam uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica, ancorada na experiência coletiva e nos saberes populares. Para Loureiro (2006), é necessário um diálogo para além de uma abordagem conservadora de Educação Ambiental, buscando relacionar meio ambiente com a sociedade, com o homem, a cultura, a história, a política e a economia, contribuindo com o desenvolvimento emancipatório dos sujeitos. O “Barracão da Educação” não apenas alfabetizou, mas cultivou a consciência e a identidade coletiva, conforme aponta Freire (1996), especialmente ao afirmar que o saber não é transferível, mas construído no encontro de sujeitos.

Descaso, opressão e desigualdades - A terceira categoria revela o embate com o modelo capitalista e a invisibilização dos sujeitos do campo: “A sociedade capitalista prefere as pessoas ignorantes e dependentes” (Participante). O Participante ainda narrou: “No início do assentamento, as pessoas da cidade nos olhavam de longe com medo, como se fôssemos perigosos. Eram o que diziam nas rádios, políticos locais e fazendeiros”. E completou que “o agronegócio domina tudo. As máquinas custam uma fortuna e não há crédito para o pequeno agricultor”. Nesse contexto, na perspectiva crítica, a desigualdade (de condições) é algo a ser superado justamente para que seja possível a manifestação das diferenças entre os sujeitos. Assim, a igualdade permite a diversidade cultural, ou seja, a existência dos diferentes modos de vida (Loureiro, 2019; Silveira, 2024).

O Participante (2025) reforça durante a entrevista que “a repressão sempre existiu desde a ditadura, mas o MST não desiste. Continuamos lutando com os sindicatos, professores e movimentos urbanos. Lutamos por moradia, comida, dignidade. Preservar a família, para mim, é garantir escola, alimentação, saúde. Isso é justiça social, não esmola”. Essa fala dialoga com Loureiro (2019), uma vez que um dos fundamentos da Educação Ambiental Crítica consiste na clareza sobre o lugar dos sujeitos na sociedade e a historicidade dos conceitos de acordo com o contexto sócio-histórico. Posto isso, incumbe sinalizar que classe é “uma categoria que se refere ao lugar das pessoas nas relações de produção, às formas de propriedade e apropriação da riqueza social, ao modo como distribuímos tal riqueza e a organizamos – inclusive espacialmente – e ao modo como agimos nessas relações – nossa ação política” (Loureiro, 2019, p.91).

O relato do Participante deixa em evidência a luta cotidiana e a resistência frente a hegemonia vigente. Articulando com a Educação Ambiental Crítica Silveira e Lorenzetti (2021) destacam a importância da participação social, da tomada de decisão e do exercício da cidadania, visando romper com a alienação social e ideológica que impera na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As falas do Participante revelam não apenas uma memória individual, mas a expressão viva de um coletivo que ressignificou o território a partir da luta, da solidariedade e da resistência. A trajetória narrada mostra que o processo de ocupação da terra vai para além da conquista fundiária, pois envolve a construção de um modo de vida enraizado em valores de justiça social, participação política e reconhecimento dos saberes populares. Esse modo de viver e resistir desafia diretamente a lógica capitalista hegemônica que transforma a natureza em mercadoria e reduz o ser humano à força produtiva.

A entrevista convoca a reconhecer que as práticas educativas desenvolvidas em territórios de luta como os assentamentos rurais são legítimas formas de produção de conhecimento. São práticas pedagógicas que dialogam com o ambiente, de forma integral e crítica, considerando as dimensões ecológicas, políticas, culturais e históricas da existência humana. Observa-se que nestes espaços, onde há o sacrifício, há também a inserção de práticas educativas diferentes, como agentes de outras experiências sociais, saberes e epistemologias.

Assim, a memória do Participante, não é apenas um testemunho do passado, mas um chamado à ação coletiva. Estas memórias nos convidam a (re)pensar a função social da educação; o papel dos educadores ambientais e a urgência de construir uma sociedade que reconheça a terra como direito; o saber popular como ciência e a resistência como horizonte de esperança.

AGRADECIMENTOS

De forma especial agradecemos ao Participante por relatar sua trajetória de vida e contribuir com o debate envolvendo a luta pela terra, especialmente pensando nas questões hegemônicas presentes na contemporaneidade. Agradecemos, também, ao Grupo de Estudos e Debates em Educação Ambiental Crítica (GEDEAC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por proporcionar momentos de vivências, experiências e formação crítica.

Referências

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. **Questão ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

SILVEIRA, D. P. da. **A proposição de indicadores de Educação Ambiental Crítica: concepções, práticas e tendências**. 356 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

SILVEIRA, D. P. da; LORENZETTI, L. Estado da arte sobre a Educação Ambiental Crítica no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. **Praxis & Saber**, Colômbia, v. 12, n. 28, p. 1-15, 2021.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Sobre educar e transgredir. Editorial. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 3-4, 2019.